

CETICISMO HISTORIOGRÁFICO E CRISE DOS REFERENTES

José D'Assunção Barros

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil)

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense

e-mail: jose.assun@globocom.com

RESUMO

Nas décadas recentes, a Historiografia tem assistido a algumas crises de diversificadas origens e naturezas. O presente artigo tem por intenção examinar uma destas crises, aquela que poderemos chamar “Crise dos Referentes”, envolvendo vários aspectos, entre os quais a ‘proximidade entre História e Ficção’ e o ‘Ceticismo historiográfico’ relacionado às incertezas acerca do status científico do conhecimento histórico. São discutidos autores como Hayden White, com sua análise do texto histórico como um discurso em forma de prosa, e Paul Ricoeur, um filósofo da história que oferece a alternativa de conceber a História essencialmente como uma narrativa, mas sem rejeitar aspectos objetivos da produção do conhecimento histórico.

Palavras-Chave: Crise Historiográfica; Narrativa; Discurso.

ABSTRACT

In recent decades, Historiography has undergone several crises of varying origins and natures. The present article intends to examine one of these crises, one that may be called “Crisis of the References”. It involves various aspects, including the ‘proximity between History and Fiction’ and ‘Historiographic Skepticism’ relating to the uncertainty over the scientific status of History. We discuss Hayden White’s analysis of the historical text as a discourse in prose form, and Paul Ricoeur’s philosophy of history which offers the alternative of conceiving of History essentially as narrative but without rejecting the objective aspects of the production of historical knowledge.

Key-Words: Historiography Crisis; Narrative; Discourse.

A Historiografia tem conhecido muitas crises nas últimas décadas. Na verdade, não se trata de uma única crise, relacionada a um só aspecto da historiografia. Apenas para mencionar alguns aspectos críticos, poderíamos evocar os debates em torno da ‘fragmentação das temáticas historiográficas’ (o que François Dosse, em ensaio de 1987, chamou de “História em Migalhas”), a crise dos grandes paradigmas explicativos (aqueles que Lyotard denominou no seu ensaio de 1979 de “meta-narrativas”), e as crises de ‘manipulação da História pela política’ – da qual nos deram fartos exemplos no último século o Stalinismo e a historiografia revisionista que procurou amenizar a participação de grandes empresas alemãs no empreendimento político do Nazismo. Também assistimos, depois das benéficas explosões de interdisciplinaridade desde a primeira metade do século XX, crises relativas à perda de um vocabulário e de uma linguagem comum que possam unificar a Historiografia como um todo, e a multiplicação de especializações historiográficas dentro do próprio Campo da História não deixou de produzir também situações de isolamento nas quais um tipo de historiador não parece compreender o outro. Todas estas crises, e outras mais, constituem um grande feixe de situações críticas que têm sido confrontadas pela História desde o último século. Neste artigo, analisaremos uma crise não menos importante: a Crise dos Referentes Históricos.

A Crise dos Referentes – ou seja, a idéia de que a história dificilmente poderia apreender algo de mais concreto da realidade histórica vivida, e que, no limite, a historiografia constituiria ficção – tornou-se um complexo âmbito de polêmicas nas décadas recentes, de modo que será oportuno problematizar aqui a questão. A temática do imbricamento entre Discurso, Poder e Saber já havia sido colocada, naturalmente, por Michel Foucault, desde nos anos 1960. Mas nos anos 70 surgiram algumas obras decisivas para a aplicação das questões levantadas por Foucault em relação à História. Um definitivo artigo de Michel de Certeau intitulado “A Operação Historiográfica” fora publicado em 1974. Um ano antes, Hayden White publicara a sua *Meta-História* (1973). No início da década de 80, surgiria o impactante ensaio *Tempo e Narrativa*, de Paul Ricoeur (1983-1985), que deixaria traços não apenas na historiografia como também no pensamento sobre a historiografia, o que pode ser notado em obras como o ensaio publicado por Jacques Roncière em 1992 com o título “As palavras da História – ensaio de poética do saber” (1992). Todos estes textos, e outros mais, têm em comum o fato de trabalhar o reconhecimento da dimensão literária da História, bem como de subjetividades várias que afetam o historiador no exercício do seu trabalho. Assim, se a “consciência histórica” já fora apontada em 1957 por Gadamer como um traço distintivo do homem contemporâneo em relação a seus predecessores, o historiador contemporâneo havia

desenvolvido algo mais ainda, a ‘consciência da sua subjetividade’, em vários níveis, o que incluía isto que poderemos chamar de uma “consciência da narratividade histórica”.

Não apenas se contentando em dar a perceber que o homem contemporâneo, do século XX em diante, havia assimilado irreversivelmente a “plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião”, Hans-Georg Gadamer acrescentara ainda que a consciência histórica era para o homem contemporâneo (e se referia ao homem comum) um singular privilégio, e “talvez um fardo”. São estas as suas palavras na abertura da primeira de suas cinco conferências de 1957 mais tarde agrupadas em livro sob o título de *O Problema da Consciência Histórica* (1998, p.17). Ao que parece, um fardo ainda maior, e cada vez mais pesado, teria de ser carregado pelo historiador de nossos dias. Convidado pela permanente aceleração do tempo em nossa época a refletir cada vez mais sobre o seu próprio ofício – sobre o “fazer” ou o “pensar” da História – os historiadores foram descortinando cada vez mais as subjetividades que, nos vários níveis da operação historiográfica, acercam-se de seu trabalho.

No início do século XX, Benedetto Croce (1866-1952) afirmara em sua *Teoria e História da Historiografia*, publicada em 1920, que “toda história é contemporânea” – frase que foi emblematicamente retomada por Lucien Febvre nos *Combates pela História*, publicados em 1965. Com isso se queria dizer o que hoje soa óbvio: que cada Presente reconstrói o seu passado de uma nova maneira, colocação que ainda tem motivado historiadores como Koselleck a repensar a cada vez de uma nova maneira este mesmo fundamento relacional que envolve as três instâncias da temporalidade, tal como na obra *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos* (1979).

Paul Veyne (1971) também proferira uma emblemática frase: a de que “toda história é comparada”. Com isto, chamava atenção para as intersubjetividades da História – este tipo de conhecimento que resulta em um texto em permanente diálogo com fontes da época examinada, e com redes de outros textos produzidos pelos historiadores em seu próprio tempo. Mas seria Paul Ricoeur (1913-2005) que pronunciaria uma frase ainda mais desafiadora no campo do reconhecimento das subjetividades que afetam a história. Em *Tempo e Narrativa*, publicado entre 1983 e 1985, ele irá afirmar que “toda história é narrativa”. Mesmo a História mais Estrutural, como as que foram produzidas por alguns dos historiadores das primeiras duas gerações dos Annales, ou a História mais Coletiva, que apaga os heroísmos e ações individuais para construir uma história das lutas de classe e do seu diálogo com os modos de produção, seria narrativa. Essas “Classes Sociais”, a “Sociedade”, as “mentalidades de época” constituem “quase personagens”, como nos mostra Chartier nos seus

comentários sobre a contribuição de Ricoeur (2002, p.86). E, conforme argumenta Jacques Revel em seu ensaio de 1996 sobre “Micro-análise e construção do social”, até mesmo uma série de preços constituiria de alguma maneira uma forma de narrativa, uma vez que esta organiza o tempo e produz uma forma de representação (REVEL, 1996, p.35).

Afirmar que “toda história é narrativa” atingia os historiadores que praticavam o antigo modelo estrutural dos Annales no seu mais delicado âmago, pois a “narrativa” – na verdade um tipo específico de narrativa que era a narrativa factual e política da historiografia metódica – havia sido criticada veementemente na caminhada dos Annales para o seu triunfo institucional (e, ao usarmos esta imagem, estamos ainda construindo uma narrativa). Reconhecer esta “narratividade da história” era algo que apontava simultaneamente para os desgastes do velho modelo annalista, que um dia fora tão inovador, e para os desafios de um novo tempo.

PAUL RICOEUR: TEMPO E NARRATIVA

A riqueza da obra de Paul Ricoeur está precisamente nas novas alternativas que ele oferece em relação à necessidade de enfrentar os desafios de encontrar um novo lugar para a narrativa historiográfica (ou para a consciência da narratividade histórica), sem para isto recair na solução de dissolver a historiografia na ficção ou na pura e simples dimensão estética do discurso histórico, tal como aparece frequentemente proposto por setores mais radicais da desconstrução pós-modernista. Ricoeur define como objetivo da História uma meditação sobre o viver humano no tempo, e aprofunda uma discussão que já vinha sendo encaminhada desde fins do século XIX pelos setores relativistas do Historicismo: a de que, ao lado da distinção entre Ciências Naturais e Ciências Humanas, existem posturas metodológicas próprias a cada um destes campos, correspondendo às ciências humanas a possibilidade de atingir a Verdade através da “compreensão”. De igual maneira, o Sujeito produtor de conhecimento, como ocorre de modo geral com os autores historicistas, está sempre inscrito em uma subjetividade que o transcende através de seu pertencimento a outras instâncias. Em Ricoeur, porém, há ainda uma originalidade, além do sujeito que produz o conhecimento através da escrita da história, os sujeitos do passado, trazidos à vida através das fontes, também fazem parte do pólo “Sujeito”, não se constituindo em objetos passivos que são analisados pelo historiador.

Deste modo, Paul Ricoeur reconstrói de uma nova maneira tradicional relação entre sujeito e objeto na História, e redefine também o que é o Objeto da História. De acordo com sua

proposta, os homens do passado – examinados pelo historiador – constituem tão parte do pólo “sujeito” como o próprio historiador. O Objeto de estudo, uma época ou um processo, abre-se a uma análise na qual tomam parte ativa o historiador e os próprios sujeitos e vozes que chegam do passado através das fontes, uma vez que estas retroagem também sobre o historiador, que não trabalha com a sua documentação em uma via de mão única, analisando-a distanciadamente. No processo de produção do conhecimento, as fontes, materiais e vestígios também vão imprimindo as suas direções aos caminhos a serem percorridos, obviamente que em interação com o próprio trabalho do historiador. Este, ao final do processo de produção do conhecimento historiográfico, também se vê transformado. Mas há mais. Para além do “sujeito-objeto” que é constituído pelos sujeitos do passado, também o leitor, o receptor do conhecimento histórico a ser produzido, é ele mesmo sujeito de produção do conhecimento. Incorporando esta perspectiva complexa em torno do Sujeito que produz a História-Conhecimento – um sujeito plural, que inclui o historiador, as vozes do passado e o leitor – a principal função da História passa a ser a de oferecer um caminho para que os homens tomem consciência de sua presença no tempo, e se estabelece assim um diálogo entre o Passado e o Presente que tem por objeto o vivido (do passado e do presente) e por resultado mais importante a troca de experiência entre estas instâncias. Talvez mais do que em qualquer outra concepção historicista que trouxe a *Compreensão* para o centro do processo de elaboração do conhecimento histórico, o “compreender” torna-se aqui mais complexo, levando a um processo que inclui a ‘compreensão do outro’ e a ‘auto-reflexão sobre si mesmo’ em um movimento circular que pode se estender indefinidamente entre as mediações do historiador, do leitor, e dos homens que fazem parte do passado vivido e que retornam através das fontes. Vejamos, mais especificamente, como se dá este projeto no que se refere à adequação entre *Tempo e Narrativa*, obra que traz precisamente como objeto de estudo a relação entre “tempo vivido” e “narração” – ou, dito de outra maneira, entre “experiência” e “consciência”. Em Ricoeur, a Ciência Histórica é simultaneamente lógica e temporal, de modo que surge com ele a possibilidade de integrar dialeticamente aspectos que antes pareceram inconciliáveis: o tempo estrutural dos Annales e o tempo vivido do Historicismo apoiado na narrativa. A inteligibilidade histórica, certamente necessária tal como haviam proposto os annalistas, não poderia, destarte, excluir o vivido. O conhecimento histórico teria um caráter lógico e estético, mas, ao mesmo tempo, na interação dialética entre o vivido e o lógico estaria o fundamento de uma História satisfatória e útil à vida. Privilegiar o Vivido contra o Lógico, ou vice-versa, conduziria a uma história insatisfatória. Devolvida à própria Vida, de onde saíra, a História

não poderia se afirmar como atividade puramente intelectual (como propunha Paul Veyne) e deveria buscar “ensinar a viver”.

Esta integração entre a experiência sublunar – o “vivido” – e a Lógica, expressa através da construção da intriga, deveria constituir a base essencial do trabalho do historiador. O monumental esforço de produzir uma dialética entre o vivido e a lógica é conseguido por Paul Ricoeur através de uma extraordinária erudição e capacidade de reflexão filosófica, sendo que ele praticamente retoma a História da Filosofia para lograr êxito nesta empresa. Entre posicionamentos diversos, como o “tempo lógico” de Aristóteles e o “tempo da alma” de Santo Agostinho, ele constrói a sua proposta de uma interação de perspectivas para a narrativa histórica. Estes dois modelos de tempo, o tempo exterior da intriga e o tempo interior da alma, são os dois pólos a serem colocados em interação pela narrativa histórica proposta por Paul Ricoeur, que busca acomodar o tempo interno agostiniano à intriga Aristotélica. Vejamos mais de perto este singular ajuste.

O Tempo Interior de Santo Agostinho – que já havia sido abordado por Heidegger em uma conferência de 1930 – é um dos dois pontos de partida, se assim se pode dizer, da reflexão de Paul Ricoeur sobre a relação entre *Tempo e Narrativa*. Santo Agostinho havia rejeitado a antiga tese grega (re-encaminhada por Aristóteles) de que o tempo correspondia a um movimento dos astros, e introduz a noção de que “o tempo é interior, passando-se na alma”, impactando esta alma humana com uma tripla presença: do Passado, através da Memória; do Presente, através da Visão; e do Futuro, através da Espera. Esta experiência do tempo é profunda vivência humana, mas ao mesmo tempo não comunicável, porque impregnada de subjetividade.

Já com a Poética de Aristóteles, ao contrário, considera-se o modelo de tempo no qual as ligações internas da Intriga dão-se mais de forma lógica que cronológica (no caso, uma lógica do “fazer poético”). O impasse entre o vivido e o lógico, entre Tempo e Narrativa, pode ser exemplificado, desta maneira, pela oposição entre Agostinho e Aristóteles, e é a partir daí que Ricoeur vai desenvolvendo a sua importante reflexão sobre a narrativa histórica. A concepção psicológica do tempo de Santo Agostinho oculta o tempo do mundo, e a concepção cosmológica do tempo de Aristóteles – considerado como movimento dos corpos – oculta o tempo da alma. O tempo da alma, e o tempo da natureza, por assim dizer, contratam-se a partir destes dois ícones filosóficos. Para Ricoeur, tanto a narrativa histórica como a narrativa ficcional buscam trabalhar com um terceiro tempo, que busca a mediação entre o tempo vivido e o tempo cósmico. O tempo vivido deve encontrar o seu reconhecimento na intriga logicamente construída, isto é, no âmbito do tempo construído pela lógica narrativa do

historiador. O Tempo torna-se tempo humano, de acordo com as proposições de Ricoeur, precisamente quando é articulado de maneira narrativa. Temporalidade e Narratividade reforçam-se reciprocamente. A intriga se apresenta como mimese, uma imitação criadora da experiência temporal que faz concordar os diversos tempos da experiência vivida. Deste modo, a Intriga agencia os fatos dispersos da experiência em um sistema.

A Poética – arte de compor intrigas que faz “reconhecer o viver” – é apresentada aqui um modelo a ser considerado pela História. Com relação à notória querela entre Compreensão e Explicação, Paul Ricoeur procurará desconstruir a tradicional dicotomia entre compreensão narrativa e a função explicativa. “Compreender na narrativa”: é esta a fórmula que se entrevê a partir das considerações de Paul Ricoeur. O historiador, através da intriga que constituirá a base de seu trabalho, tem diante de si a possibilidade de estabelecer uma Concordância a partir das Discordâncias da experiência vivida, ao agenciá-las criativamente em uma totalidade de sentido. O papel do historiador seria precisamente o de tornar necessários e verossimilhantes, através da Intriga histórica, os eventos discordantes, as súbitas inversões de expectativas, as reviravoltas factuais, as mudanças de rumo, a reordenação de alianças e rivalidades. Assim como o poeta que constrói a sua intriga, o papel do historiador é também o de incluir o discordante no concordante.

De igual maneira, e acompanhando este mesmo movimento, é preciso destacar que para Ricoeur a narrativa não coincide ingenuamente com o real – tal como propunham os primeiros historicistas, os historiadores positivistas ou os metódicos; ela (narrativa) é claramente assumida como uma construção do historiador. A Intriga não é mera imitação do real, mas imitação criadora; representação construída pelo sujeito. Com a narrativa histórica proposta por Ricoeur, o que se busca não é mostrar o que se passou, mas sim estabelecer uma referência a este vivido e retornar a ele. Emergindo do vivido, a narrativa a ele retorna, transformando-o e transformando-se em um único movimento, de tal maneira que se pode dizer que a narrativa histórica é uma reflexão do Vivido sobre si mesmo, através das importantes mediações do historiador que constrói o texto e do leitor que recebe e ressignifica a obra historiográfica, compreendendo, através dela, a si mesmo e ao mundo.

Na operação historiográfica, esta interação entre vivência e reconhecimento estabelece-se em três momentos, que Ricoeur denomina mimeses 1, 2 e 3: (1) a *prefiguração* do campo prático; (2) a *configuração* textual deste campo (que coincide com o texto construído como Intriga pelo historiador); e, por fim, (3) a *refiguração* pela recepção da obra (a este último aspecto, que envolve a papel recriador do leitor que apreende a narrativa historiográfica, voltaremos oportunamente). Quanto à ‘mimese 1’, a ‘prefiguração do campo prático’ – universo vivido

no qual se agitam as ações e sentimentos humanos – ela contém já uma pré-narrativa, ou pré-narrativas possíveis que podem e precisam ser apreendidas pelo historiador-autor, e ao mesmo tempo já contém em si mesma elementos que permitirão ao leitor, na experiência recriadora da ‘mimese 3’, compreender e identificar-se com o vivido prefigurado. Desta maneira, o vivido, no seu estado prefigurado, autonarra-se de alguma maneira, pois contém possibilidades e virtualidades narrativas dentro de si.

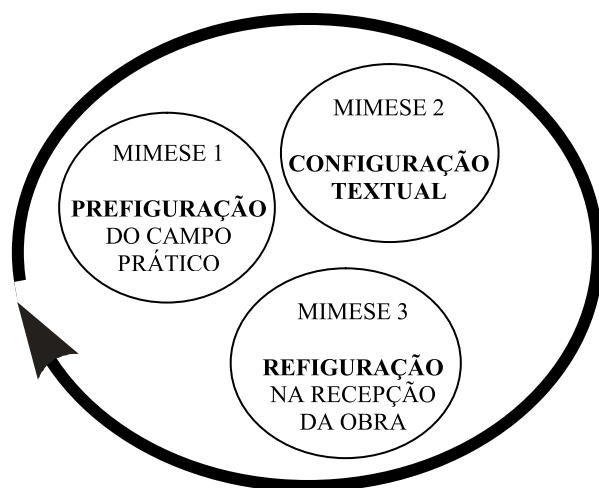


Figura 1.
As *Mimeses*
de Paul Ricoeur

Com relação à configuração textual – ou à Intriga construída pelo historiador (mimesis 2) – alguns aspectos se depreendem. Uma primeira função da mimese 2 (isto é, do texto do historiador) é ligar eventos separados em um todo compreensível. Para tal, a Intriga irá estabelecer uma configuração lógica, e não uma sucessão cronológica (o que, desde já, opõe a narrativa historiográfica proposta por Ricoeur à narrativa historizante dos historiadores factuais que haviam sido criticados pelos *Annales* na década de 1930). Para além disso, o tempo constituído pela Intriga não prescinde de realizar uma síntese, um acordo ou uma reconfiguração que abarca o tempo cronológico da sucessão episódica e o submete à ordenação lógica, o tempo narrativo propriamente dito, que deverá se organizar em um determinado padrão narrativo a ser reconhecido pela comunidade de autores e leitores. Uma vez que a ‘mimesis 2’ clama pela reapropriação do leitor (que se dará na mimese 3), o historiador-autor deverá assegurar a inteligibilidade e receptividade do seu texto valendo-se de formas narrativas consagradas pela sua tradição cultural.

Vale ainda lembrar, a respeito da questão dos objetivos da prática historiográfica, que a narrativa histórica, consubstanciada em Intriga, não pretende em Ricoeur apreender o universal lógico dos filósofos, mas sim o particular possível e verossímil. Tal como já postulava Aristóteles, tratamos aqui do universal possível da Poesia. Outro dado fundamental

emerge daqui, permitindo contrastar as proposições de Ricoeur com a história historizante, tal como era denominada pelos annalistas. A História, como já se deu a perceber, não pode conduzir a uma narrativa episódica, desconectada, gratuita (ou factual, como diriam os historiadores do Annales). Ao contrário, o conhecimento histórico deve constituir uma Intriga no sentido aristotélico, aproximando-se da perspectiva poética. Trata-se de “fazer surgir o inteligível do vivido accidental; o universal do fato particular; o necessário ou verossímil do evento episódico” (Reis, 2006). Ao mesmo tempo em que se afasta da tradicional narrativa da história historizante, Ricoeur também se distancia da atemporalidade estrutural e lógica – do tempo imóvel proposto pelos Annales através do enquadramento da longa duração e da formulação de uma história-problema predominantemente analítica, avessa à narrativa.

Aspecto igualmente importante nas proposições de Ricoeur é o papel do Receptor – o leitor da intriga historiográfica – o que o aproxima em alguma medida das teorias de recepção e outras correntes da análise comunicacional que recolocam o leitor de um texto em um lugar re-criador. O momento em que se dá esta convocação do leitor, na tríade ricoeuriana, é a ‘mimese 3’. Um papel importante para o leitor afirma-se aqui. A narrativa histórica apresenta um elemento de controle do seu potencial ficcional não apenas através da documentação que serve de base ao trabalho do historiador, mas também através do leitor que permite que a História retorne ao vivido – aspecto fundamental nas proposições ricoeurianas. A refiguração – reinvenção da Intriga – é assim produzida pelo receptor da obra historiográfica, que se vê elevado a uma posição de co-autor. Através da apropriação da Intriga, o leitor constrói a sua identidade por contraste com a identidade de outros, estabelece reconhecimentos, compara situações com a sua própria experiência vivida, elabora uma “visão” de si mesmo, do mundo e do outro, de suas relações recíprocas. Desta maneira, acrescenta algo de si aos sentidos propostos pela Intriga. A Narrativa adquire precisamente o seu sentido pleno na intersecção entre o “Mundo do Texto” e o “Mundo do Leitor”. O Mundo Lógico do Texto, ofertado pela mimese 2, e o Mundo Vivido da mimese 1 (na verdade um vivido que já podia ser pré-compreendido pelo Leitor em sua própria vivência), produzem esse espaço de intersecção que se oferece à recriação leitora na ‘mimese 3’. É desta maneira que se pode dizer que a narrativa histórica parte do vivido e retorna a este mesmo vivido.

A obra de Paul Ricoeur, enfim, surgida na década de 1980 quando os historiadores já haviam começado a experimentar novos padrões criativos para a narrativa, surge como um verdadeiro apoio filosófico para os novos tempos historiográficos.

CERTEAU E HAYDEN WHITE: DOIS CLÁSSICOS PARA O ESTUDO DAS SUBJETIVIDADES HISTÓRICAS

O reconhecimento da “narratividade da História”, mesmo antes da brilhante análise de Ricoeur, provocou nas últimas décadas do século XX uma corrida para descobrir os fundamentos específicos da narrativa historiográfica. Certeau, no ensaio “A operação Historiográfica”, esquadrinha as características deste discurso histórico que constituiria uma espécie de texto folheado no qual um discurso historiográfico compreende seus outros – os discursos de outros tempos, alcançados através do diálogo com as fontes históricas (1982, p.65-119). A este tema da História que constrói o seu texto dialogicamente na relação com textos do Passado Vivido, aliás, voltariam inúmeros autores, como Carlo Ginzburg no artigo “Ekprasis e Citação”, escrito em 1989 e inserido na coletânea *A Micro-História e outros ensaios* (1989). Mas voltemos às pioneiras considerações de Certeau. Ao mesmo tempo, confirmando e aprofundando a percepção contemporânea das demais subjetividades que circunscrevem o trabalho e o produto historiográfico – este discurso historiográfico sistematicamente decifrado por Certeau situa-se na encruzilhada de “um lugar social”, “uma prática”, “uma escrita”. O estudo historiográfico aparece, assim, mais como produto de um lugar, que de uma disposição individual, e afirma-se de maneira particular a tradicional tônica da relação do trabalho historiográfico com o Presente. O texto de Michel de Certeau tornou-se um clássico, tão importante para a compreensão dos problemas da história contemporânea como se tornara imprescindível para a compreensão da História das Ciências o ensaio de Thomas Kuhn sobre a *Estrutura das Revoluções Científicas*, publicado em 1962.

Clássico também se tornou o fascinante e controvertido ensaio de Hayden White sobre a *Meta-História*, texto igualmente pioneiro, já que foi escrito em 1973, e que parte da idéia de que uma obra historiográfica é fundamentalmente uma “estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” (WHITE, 1992, p.11)¹. A produção de Hayden White, e posteriormente de outros autores que investem radicalmente na idéia da discursividade da História (muitos dos quais iriam compor as fileiras do que se habitual chamar de historiografia pós-moderna), parte já de outro importante circuito de influências. Além do diálogo direto com Michel Foucault (que aliás também era uma das interlocuções de Michel de Certeau), as reflexões em torno da possibilidade de examinar a historiografia como uma

¹ Mais adiante, Hayden White elabora uma definição mais completa do trabalho historiográfico: “considerarei o labor historiográfico como o que ele manifestamente é, a saber: uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa que pretende ser um modelo, ou ícone, de estruturas e processos passados no interesse de explicar o que eram representando-os” (*op.cit.* p.18).

estrutura verbal ou discursiva, antes e acima de qualquer outro aspecto, tornou-se possível no seio de um movimento maior que se deu na lingüística e na filosofia, e que inclui o chamado “giro lingüístico”². A idéia matriz é a de que a mente não seria capaz de explorar o Real sem a Linguagem (admitindo-se a existência deste Real, que também pode ser o ponto a se discutir), e isto porque a linguagem não seria apenas um meio ou um lugar para a expressão dos pensamentos, tal como aparece em posições clássicas da filosofia da linguagem, mas sim a própria maquinaria ou estrutura do pensamento. Sem a linguagem, não teríamos acesso aos nossos pensamentos, ou ao pensamento de outros.

Quais são as conseqüências mais imediatas desta concepção para a História? Segundo esta perspectiva, a Linguagem não é utilizada pelo historiador para expressar as suas idéias sobre a História, ou para estruturar em forma verbal os resultados a que teria chegado através da pesquisa histórica realizada. Invertida a questão, a Linguagem – ou os modos como se utiliza desta linguagem e do seu repertório de recursos discursivos – constituiria essencialmente o próprio pensamento historiográfico do historiador. Expressar-se de outro modo seria desde já pensar de outro modo, e conseqüentemente produzir uma outra historiografia. No limite, não é a linguagem que é chamada a se adaptar a uma perspectiva historiográfica trazida pelo historiador, mas a perspectiva historiográfica já se produz na linguagem, nas estratégias discursivas encaminhadas, nos modos de articular o discurso e visar o destinatário. É desta posição epistemologicamente mais ampla que partiria Hayden White ao considerar que fundamentalmente a obra historiográfica é “estrutura verbal na forma de discurso narrativo em prosa”. Com esta frase, não se tratava de enunciar uma evidência, mas de expressar uma precedência: a da Linguagem sobre o Pensamento. E, mais ainda, indicar que a historiografia produzida não é resultado primeiro de uma realidade externa, a ser atingida pelo historiador, mas de uma estruturação interna, da qual o próprio historiador não necessariamente se dá conta.

Na verdade, Hayden White já vinha desde 1966 dedicando especial atenção para a questão da descontinuidade entre os acontecimentos do mundo exterior e a sua representação sob a forma narrativa, e suas reflexões naquela ocasião haviam tomado a forma de um artigo para a revista *History and Theory*, com o título “The Burden of History” (1966). Mas é com a *Meta-História – um Ensaio sobre a Imaginação Histórica no século XIX*, que ele chega ao seu

² A expressão “virada lingüística” ou “giro lingüístico” (“linguistic turn”), consolidou-se em 1966 com a publicação, por Richard Rorty, de uma série de textos em torno da “filosofia lingüística”, já a apresentando de acordo com uma nova concepção que na Introdução desta série é delineada por Rorty como “uma visão de que os problemas filosóficos são problemas que poderiam ser resolvidos (ou dissolvidos) pela reforma da linguagem, ou por uma melhor compreensão da linguagem que usamos presentemente” (RORTY, 1992, p.3).

resultado mais grandioso, embora em um primeiro momento a obra tenha passado despercebida, tal como nos conta Roger Chartier em seu ensaio “Figuras Históricas e Representações Históricas” (2002, p.101).

Em *Meta-História*, o historiador inglês procura identificar as figuras retóricas fundacionais dos quatro modos possíveis de narrativa que, para ele, limitam o campo de possibilidades autorais: a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia. O projeto de Hayden White é o de decifrar linguisticamente e discursivamente filósofos da história do porte de Hegel, Marx, Nietzsche e Croce, e seus correspondentes ao nível de produção de um conhecimento historiográfico: Michelet, Ranke, Tocqueville, Burckhardt. O que os une? A Sinédoque, a Metonímia, a Metáfora, a Ironia, respectivamente. Re-arrumados desta maneira, relativamente aos quatro tropos poéticos que de alguma maneira regeriam as possibilidades de consciência histórica, o fundador do Materialismo Histórico se aproxima do pai do historicismo alemão, Leopold Von Ranke, e Nietzsche se aproxima de Tocqueville! A análise, é preciso dizer, não é de fato tão simples assim. Para além disso, e entrecruzando com estas figuras de linguagem e estes historiadores/filósofos, White registra os quatro modos de elaboração de enredo possíveis: o Romance, a Comédia, a Tragédia, a Sátira. Por fim, os quatro modelos de argumentação formal: o formismo, o organicismo, o mecanicismo, o contextualismo.

Marx alternaria a sinédoque integradora de Hegel, e a metonímia redutora que o aproxima do historiador Ranke. Na argumentação formal, recorreria alternativamente ao Mecanicismo e ao Organicismo (neste último caso reaproximando-se novamente de Ranke). Na exposição, no tipo enredo que empresta à sua história, o fundador do Materialismo Histórico circularia entre o Trágico e o Cômico, uma vez que os ciclos trágicos que se dão na história da luta de classes terminariam por resultar, ao final da meta-narrativa teleológica, em uma grande conciliação cômica que conduziria às sociedades sem classes (o final feliz da comédia, no qual tudo termina bem).

O intrincado esquema de Hayden White provocou polêmicas, sobretudo, pela sua proposta de praticamente reduzir a historiografia à sua dimensão estética, uma questão que ainda seria muito debatida e que, nas décadas seguintes, voltaria a animar aspirações de alguns setores do pós-modernismo historiográfico. Afirmo White, em uma das sete conclusões de seu ensaio, que os melhores fundamentos para escolher uma perspectiva da história em lugar de outra são, em última análise, antes estéticos ou morais que epistemológicos, de modo que a exigência de cientificidade da história representa apenas a declaração de uma preferência por uma modalidade específica de conceptualização histórica, cujas bases são morais ou estéticas (WHITE, 1992, p.14). Alguns autores, mesmo aqueles preocupados com a forma

historiográfica, criticaram severamente o que consideraram um “reducionismo estético” em Hayden White, como foi o caso do micro-historiador Carlo Ginzburg em trechos de dois ensaios inseridos na coletânea já citada sobre *A Micro-História* (1991). Mas por outro lado, a obra de Hayden White abriu caminhos para trabalhos similares nas décadas seguintes, e poderemos aqui mencionar o ensaio de Philippe Carrard, escrito em 1992, no qual ele procura rastrear uma *Poética da Nova História* (1992), examinando autores como Fernando Braudel ou Roger Chartier. O próprio Hayden White avança posteriormente por novas análises, que no livro *Trópicos do Discurso*, concluído em 1978, incluirão o historiador Edward Thompson, mas também pensadores de outros campos de conhecimento como Freud e Piaget (1994).

O re-intensificado interesse do homem contemporâneo, e do historiador em particular, em compreender como funciona a Historiografia ao nível discursivo – isto é, em entender como o discurso historiográfico produzido no tempo Presente ressignifica o Passado, e de que recursos literários lança mão para tal fim – trouxe uma nova recepção também a textos anteriores fora da especialização historiográfica. Os dois textos de Roland Barthes sobre a História – “O Discurso da História” e “O Efeito do Real” – escritos entre 1967 e 1968 e inseridos em *O Rumor da Língua* (1989), integram-se a esta rede de ensaios que ao lado de autores como Certeau, Hayden White, Ricoeur, Koselleck, e tantos outros, constituem a intertextualidade necessária para uma reflexão sobre a escritura da História, cada vez mais interessada pelo estudo de si mesmo. Consequentemente, amplia-se potencialmente a consciência histórica, que já desde o princípio do século XX vinha se tornando um dos principais traços do homem contemporâneo. Ao se conscientizar de seus limites, e ao explicitar cada vez mais esta mesma conscientização para todos os seus leitores e beneficiários, a Historiografia vê-se na entrada do novo milênio obrigada a tornar-se cada vez mais criativa, de modo a se legitimar simultaneamente para o grande público e para o público especializado.

Um dos problemas contemporâneos da historiografia que decorrem do retorno da narrativa, da aceitação da dimensão estética da historiografia, e do lugar central que o Discurso passou a ocupar na reflexão historiográfica – e já anteciparemos aqui um ponto que fará parte do conjunto de nossas conclusões – é o de que a formação do historiador profissional, para dar conta destas questões, precisaria ser cada vez mais complexa, mais interdisciplinar, mais cultivadora de talentos que antes não eram tão exigidos ao historiador em formação, como a velada imposição de que ele mesmo se torne um hábil literato, mas sem comprometer a sua capacidade de produzir um legítimo discurso construído à base de “enunciados verdadeiros” (no sentido proposto por Ginzburg em “Ekphrasis e Citação”, ensaio de 1988).

RESISTINDO À REDUÇÃO AO DISCURSO

O reconhecimento da importância do Discurso para a História-Efetiva e para a História-Conhecimento, contribuindo para a percepção da estruturação da primeira e para a estruturação da segunda, foi uma conquista das últimas décadas do século XX. Obviamente que há os exageros: as tentativas ou propostas de reduzir a História ao Discurso, ou ainda a dissolução da Historiografia na simples experiência estética. Roger Chartier, no seu ensaio sobre a “História: entre narrativa e conhecimento” (2002, p.91), registra a tendência da maior parte dos historiadores a resistir a isto que, no limite, eliminaria a História como campo específico de produção de conhecimento e de uma prática singular, que tem normas e parâmetros próprios. Depois de comentar certas posições no grupo relacionado ao *Linguistic Turn*, que no limite prevê a dissolução do mundo real ao discurso, Chartier entretece os seguintes comentários, que são auto-explicativos:

“Reconhecer que a realidade passada não é acessível (na maioria das vezes) senão através de textos que pretendiam organizá-las, submetê-las ou representá-la não é postular, contudo, a identidade entre duas lógicas: de um lado, a lógica logocêntrica e hermenêutica que governa a produção dos discursos; de outro, a lógica prática que regula as condutas e as ações. Dessa irredutibilidade da experiência ao discurso toda história deve dar conta, precavendo-se de um uso descontrolado da categoria “texto”, demasiadas vezes indevidamente aplicada a práticas (ordinárias ou ritualizadas), cujas práticas e procedimentos não são em nada semelhantes às estratégias discursivas” (CHARTIER, 2002, p.91).

É também nesta mesma direção que Pierre Vidal-Naquet, em um dos ensaios de “Assassinos da Memória”, publicado em 1987, já deixava registrada a sua crítica às correntes historiográficas que trabalham com a redução do texto histórico ao Discurso, e que rejeitam a ligação de uma obra com um referente externo que deve ser considerado. Este segundo aspecto, aliás, permite entrever que a “consciência da narratividade”, em seu aspecto negativo, abre dois caminhos para o descrédito da História como possibilidade de construir significativamente uma referência ao real vivido. De um lado, há os já examinados setores da discursividade historiográfica que reduzem a História Discurso, e que em vista disto acreditam ser prudente abandonar o investimento na possibilidade de que a História-Efetiva tenha alguma capacidade de apreender significativamente o vivido. Mas de outro lado, há também uma vertente que contribui da mesma maneira para a crise dos referentes. Acredita esta corrente que toda narrativa é automaticamente deformadora daquilo que pretende narrar. Investe-se, portanto, na ruptura e descontinuidade entre a narrativa histórica e a realidade

histórica. Tal como observa adequadamente Ciro Flamarion Cardoso na obra *Um Historiador Fala de Metodologia* (2005), acredita-se neste caso que “os fatos reais humanos não se agrupam como nas narrativas; qualquer texto narrativo que deles pretender dar conta os falseará necessariamente pela sua própria forma narrativa de ser”. Conduz-se aqui ao “ceticismo epistemológico”, mais uma vez denunciando-se efeitos negativos, sobre a História, oriundos da chamada “virada lingüística” (CARDOSO, 2005, p.64).

Entre os teóricos da descontinuidade narrativa em relação ao real, estaria Hans Kellner, que registrou suas opiniões sobre a temática no livro *Language and historical representation*, publicado em 1989. Posição contrária, que não empresta descrédito à narrativa em sua função de relatar o vivido e que também é registrada por Ciro Flamarion Cardoso, é a de David Carr (1986, p.15-27) em seu livro *Tempo, Narrativa e História*, publicado em 1986, à época de maior intensidade dos debates em torno do Pós-Modernismo e também da recém-nascida “virada lingüística”.

A Crise dos Referentes está longe de se ver resolvida, e talvez uma contribuição importante da historiografia recente tenha sido trazer para plena consciência do historiador a dimensão narrativa, e mesmo estética, que integra todo texto e toda produção historiográfica. Todavia, longe de se deixar conduzir à inação e à dissolução de sua própria disciplina, a historiografia e a filosofia da história têm oferecido nos tempos recentes – e a já discutida obra de Paul Ricoeur é apenas um dos vários exemplos – contribuições para assimilar esta ‘consciência da narratividade’ sem sacrificar os patamares que permitem relacionar a História não meramente a uma ficção, mas a materiais historicamente circunstanciados e que fornecem efetivamente uma base ao historiador e ao leitor de história que podem trazer ao texto historiográfico a legitimidade, se não de uma ciência (o que não está descartado), ao menos de uma prática “cientificamente conduzida”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, Roland. “O Efeito de Realidade” e “O Discurso da História”, in *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p.163-190 [original: 1989].
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um Historiador fala de Teoria e Metodologia*. Bauru: EDUSC, 2005.
- CARR, David. *Time, narrative and history*. Bloomington, Indiana University Press, 1991
- CARRARD, Philippe. *Poetics of New History – French historical discourse from Braudel to Chartier*. London: John Hopkins University Press, 1992.
- CERTEAU, Michel De. “A Operação Historiográfica” In *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.65-119 [original: 1974].
- CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CROCE, Benedetto. *Teoria e História da Historiografia*. Bari: Gius, Laterza & Figli, 1920.
- DOSSE, François. *L’histoire em miettes – dès Annales à La Nouvelle Histoire*. Paris: La Découverte, 1987.
- GADAMER, Hans-Georg. “Problemas Epistemológicos das Ciências Humanas” In *O Problema da Consciência Histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.18-25 [original: conferência – 1957; publicação: 1963]
- GINZBURG, Carlo. “Ekphrasis e Citação” In *A Micro-História e outros ensaios*, Lisboa: Difel, 1991. p.213-214 [original do ensaio: 1988].
- KELLNER, Hans. *Language and historical representation – getting the story crooked*. Madison: University of Wisconsin Press, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [original: 1979].
- KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003 [*The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962].
- LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1998 [original: 1979].
- REIS, José Carlos. Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur. *Locus*, vol.12, nº1, jan/jul 2006.
- REVEL, Jacques. “Micro-análise e construção do social” in REVEL, J. (org.). *Jogos de Escalas – a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.15-38.
- RICOEUR, Paul *Temps et Récit*. Paris: Seuil, 1983/1985 [*Tempo e Narrativa*. São Paulo: Papyrus, 1994].
- RANCIÈRE, Jacques. *Les Mots de l’histoire – Essai de poétique Du savoir*. Paris: Seuil, 1992.
- RORTY, Richard. *The Linguistic Turn*. Chicago: Chicago University Press, 1992 [original: 1966].
- VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Brasília: UNB, 1982 [original: 1971].
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Les Assassins de la mémoire. Un Eichmann de papier et autres études sur le revisionismw*. Paris: La Découverte, 1987.
- WHITE, Hayden. The Burden of History. *History and Theory*, nº5, 1966.
- WHITE, Hayden. *A Meta-História – a Imaginação Histórica no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1972[original inglês: 1973].
- WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso – ensaios sobre a crítica da Cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994 [original inglês: 1978]